

Prezado Leitor,

A revista *ConTexto*, publicação eletrônica semestral, sob a responsabilidade do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Contabilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta o número 20, volume 11, que corresponde ao segundo número do ano de 2011. Esta edição é composta por oito artigos que abrangem temas diversos das áreas de Contabilidade e Administração.

O primeiro artigo, “Valor econômico agregado (VEA) e estrutura de capital em empresas do IBRx 100”, de autoria de Rodrigo Eduardo Facin Angonese, Paulo Sérgio Almeida dos Santos e Carlos Eduardo Facin Lavarda, objetivou averiguar se existe relação positiva e significativa entre o endividamento e o valor econômico agregado. A amostra selecionada para a pesquisa foi composta pelas empresas que compõem o índice IBRx 100 da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros, com exceção das instituições financeiras. Os resultados da análise de regressão linear pelo método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) não encontrou uma relação significativa entre as variáveis “endividamento” e “geração do valor agregado”. Apenas a variável “tamanho” confirmou-se como um dos determinantes do endividamento das empresas selecionadas na amostra.

O segundo artigo, “Nível de divulgação e de desempenho ambiental nas empresas que integram o índice Bovespa: uma análise descritiva”, de autoria de Daniel Ferreira dos Santos, Michael Dias Correa e Tatiane Antonovz, evidenciou a divulgação e o desempenho ambiental das empresas brasileiras de capital aberto que compõem o Ibovespa, concluindo que a maioria das empresas que elabora as informações analisadas no estudo também as divulga, pois, essa divulgação faz com que a imagem e a valorização das empresas perante os possíveis investidores seja maior.

O terceiro artigo, “Competências profissionais demandadas aos contadores: adequação das atividades desenvolvidas através do estágio”, investiga se o estágio curricular e/ou extracurricular colabora para desenvolvimento das competências, ou seja, conhecimento, vivência de práticas operacionais e atitudes demandadas pelo mercado de trabalho aos futuros profissionais da área de contabilidade. Os autores Fabiana Bezerra da Silva Torres, Ana Paula Ferreira da Silva e James Anthony Falk, através da pesquisa de campo, confirmam que os alunos entrevistados possuem maior argúcia de desenvolvimento durante os estágios através de atitudes. Os dados dessa pesquisa sugerem a contribuição da atividade de estágio curricular e/ou extracurricular, desenvolvimento das competências profissionais exigidas pelo mercado de trabalho, pelo menos na percepção dos alunos de graduação do curso de ciências contábeis.

O quarto artigo, “Gestão sustentável de instituição assistencial religiosa: um estudo na Província São Francisco de Assis (PSFA)”, dos autores Marcos Antonio de Souza, Bernadete Buffon, Isabel Rocio Kuss, Celso Jaco Flash e Maria Angelina Enzweiler, analisa o percurso da gestão econômica sustentável adotado em uma entidade religiosa, a Província São Francisco de Assis (PSFA), localizada na cidade de Curitiba, Paraná. Os principais achados dessa pesquisa evidenciam que a instituição faz um percurso de avanço no seu modelo de gestão, empreendendo ações que assegurem o lastro de uma gestão profissional, no âmbito de um eficaz desempenho econômico, com vistas a assegurar a continuidade sustentável da instituição no cumprimento de sua missão.

O quinto artigo, “Análise bibliométrica da produção científica sobre contabilidade pública no *Encontro de Administração Pública e Governança* (ENAPG) e na *Revista de Administração Pública* (RAP), no período 2004–2009”, de autoria de Mariana Costa da Roza, Débora Gomes Machado e Alexandre Costa Quintana, contemplou as características da produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na RAP no período 2004–2009. Os autores perceberam que a produção científica sobre Contabilidade Pública no EnAPG e na RAP, nesse período, apresenta mais pesquisas de caráter empírico do que teórico, o tema predominante nos artigos é o controle e transparência das contas públicas, a maioria das pesquisas são elaboradas por dois estudiosos e grande parte dos autores advém da Universidade de São Paulo e da Universidade de Brasília.

O sexto artigo, “Proposição de lote econômico como estratégia de compra de compra para farmácia hospitalar municipal”, propõe Lotes Econômicos de Compra (LEC) para a gestão de estoques dos medicamentos solução a fisiológica, glico-fisiológica e manitol. Os autores Vivian Daronco Cauduro e Luís Carlos Zucatto concluíram que a farmácia pesquisada não possui uma estratégia definida para a aquisição dos produtos analisados e as quantidades a serem adquiridas baseiam-se no empirismo.

O sétimo artigo, “A história do curso de Ciências Contábeis da Faculdade De Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)”, de autoria de Augusto César Barros Almeida Pinheiro, Márcia Bianchi, Marco Aurélio Gomes Barbosa e João Marcos Leão da Rocha, buscou analisar a história do curso de Ciências Contábeis, remontando sua origem com a criação da Escola de Comércio de Porto Alegre em 1909, sua independência e consolidação com a criação do curso de Ciências Contábeis e Atuariais em 1946, e sua evolução até o presente momento. Os autores dão o merecido reconhecimento histórico à instituição e mencionam fatos marcantes relacionados à evolução do ensino contábil da Escola de Comércio ao curso superior de Ciências Contábeis. Foi evidenciado que o currículo do curso passou por várias alterações a fim de acompanhar o crescimento do mercado e as demandas da sociedade, adequando-se ao desenvolvimento da tecnologia, adaptando-se às alterações societárias, à convergência e às normas internacionais de contabilidade, além de incentivar a produção científica.

O oitavo e último artigo desta edição, “Penalidades aplicáveis ao contador público: uma análise do controle externo paranaense”, dos autores Luciane Maria Gonçalves Franco e Cristiano do Nascimento, analisa as prescrições da legislação paranaense, das normativas de contabilidade e da doutrina do direito administrativo quanto à possibilidade de aplicação de sanções pecuniárias a contadores públicos em decorrência de sua atuação junto ao processo de prestação de contas. Foram estabelecidas duas relações (R1) e (R2), a partir das quais obtiveram-se os resultados do estudo. Segundo a conclusão de (R1), contadores são agentes públicos quando vinculados a processos de prestações de contas e, portanto, podem sofrer sanções de multas, quando qualificada a sua responsabilidade pelo ato praticado ou quando der causa a irregularidades. A partir da evidência empírica de (R2), foi levantado o histórico da aplicação da multa de 30% da remuneração anual de agentes públicos, prevista no art. 5º, da Lei Federal nº 10.028/00, em sede de prestações de contas. Pelo que se constatou, não há indícios da aplicação direta dessa multa à pessoa do contador público, sendo ela reservada tão somente aos titulares de poder.

Gostaria de agradecer aos pareceristas e à equipe da revista o apoio recebido e parabenizar os articulistas.

Boa leitura!

Márcia Bianchi  
Editora Responsável